



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



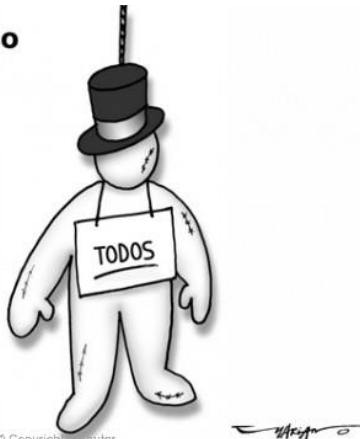
INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

Observe a charge abaixo, alusiva ao Sábado de Aleluia, dia da malhação do Judas:

GENÉRICO



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright autor

1

A leitura inadequada a respeito dos elementos presentes nesta charge é:

- (A) o termo “genérico” é uma transferência da designação de remédios;
- (B) a posição do boneco representando Judas alude ao seu suicídio por enforcamento;
- (C) o vocábulo “todos” no cartaz se refere a todo o povo brasileiro, que sofre com a corrupção reinante;
- (D) a charge é uma condenação global a todos os que cometem crimes de corrupção;
- (E) a cartola sobre a cabeça do boneco destaca a crítica à parte da classe dominante.

TEXTO 1 - História Dos Medicamentos Genéricos No Brasil

O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.

Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças conhecidas.

Absolutamente seguros e eficazes, além de mais baratos que os chamados medicamentos inovadores, os genéricos, ao longo destes anos, trouxeram uma nova realidade para os consumidores do país, principalmente no que diz respeito à qualidade. (Associação Brasileira de Genéricos)

2

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787...”; “Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças...”.

A frase abaixo em que a preposição COM tem o mesmo valor semântico que apresenta nas frases acima (texto 1) é:

- (A) Anda com o violão debaixo do braço.
- (B) Ele está em desacordo com a família.
- (C) Os pais são dóceis com os filhos.
- (D) O jarro com vinho está sobre a mesa.
- (E) Mexeu no braseiro com um garfo.

3

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes...”.

Nesse segmento do texto 1, o verbo “dar” mostra o sentido de “ocorrer”; a opção em que o sentido desse mesmo verbo está corretamente indicado é:

- (A) deu o dinheiro a um necessitado / ceder, entregar;
- (B) deram-lhe uma joia pelo quadro / oferecer;
- (C) deram-lhe 100 mil pela estatueta / trocar;
- (D) deu na TV que vai chover / assistir;
- (E) elas sempre se dão bem nas provas / pensar, refletir.

4

“O programa de medicamentos genéricos (1), criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787 (2), se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei (3), os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas (4).”

Considerando os termos sublinhados e numerados, são complementos dos termos anteriores:

- (A) (1) e (2);
- (B) (1), (3) e (4);
- (C) (2), (3) e (4);
- (D) (1) e (3);
- (E) (1), (2) e (3).

5

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996”.

Segundo o que se pode inferir desse segmento do texto 1, o programa de medicamentos genéricos:

- (A) deixou de ocorrer antes porque o Brasil não respeitava o direito de patentes;
- (B) ocorreu em 1999 porque só poderia ter sido criado após três anos do reconhecimento de patentes;
- (C) podia ter sido criado antes porque o Brasil não reconhecia o direito de patentes;
- (D) ocorreu em 1999 porque o país reconheceu, pela primeira vez, o direito de patentes;
- (E) foi criado embora o Brasil tenha voltado a reconhecer o direito de patentes.

6

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações,...”.

Nesse segmento do texto 1, o emprego da forma ESSA é justificado pelo mesmo motivo que aparece corretamente no seguinte segmento:

- (A) os genéricos e os remédios de marca estão disponíveis no mercado e tanto esses quanto aqueles são bastante úteis;
- (B) os genéricos possuem preços mais baixos e essa novidade fez com que seu consumo aumentasse;
- (C) em 1999 apareceu esse produto novo: os remédios genéricos foram criados;
- (D) artrite, rinite e estomatite são inflamações; esta, essa e aquela podem ser combatidas por remédios genéricos;
- (E) não me venha com essa história de os remédios genéricos não serem tão eficazes.

7

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.”

O comentário INADEQUADO sobre um componente desse segmento do texto 1 é:

- (A) “após” é uma preposição com valor de “tempo”;
- (B) “apenas” é um modalizador que indica serem 4 anos pouco tempo, na consideração do enunciador;
- (C) “já” é um modalizador que mostra ter a disponibilidade de 4 mil apresentações ocorrido muito rapidamente;
- (D) “mais de” é uma locução com valor de “intensidade”;
- (E) as formas de gerúndio “atendendo” e “abrangendo” têm valor equivalente a “que atendem” e “que abrangem”.

TEXTO 2 - Por que muitos continuam usando os remédios de marca?

Basicamente, pelo marketing da indústria farmacêutica, que consegue convencer o paciente a adquirir o produto de marca. Além disso, se um paciente finalmente encontrou um remédio que funciona para o seu caso, pode resistir a trocá-lo pela versão genérica, por medo de perder o efeito do medicamento - embora o genérico equivalha ao de referência. E há princípios inativos nas drogas genéricas que podem ser diferentes daqueles das drogas de marca. Eles não afetam a maneira como a droga funciona, mas podem alterar a aparência e o sabor, fazendo as pessoas pensarem que falta alguma coisa no remédio genérico. (Veja.com)

8

Na pergunta da revista (texto 2), a forma de “Por que” aparece grafada corretamente; a frase em que a forma sublinhada é igualmente correta é:

- (A) Os médicos sabem porquê indicam os genéricos.
- (B) Desconheço a razão porque eles tomam remédios de marca.
- (C) Os genéricos são mais baratos por que não pagam impostos.
- (D) Os pacientes preferem os genéricos por que?
- (E) Queria saber o porquê de os genéricos venderem mais.

9

Segundo o texto 2, a principal razão para o uso de remédios de marca é:

- (A) o efeito eficaz desses remédios;
- (B) a manutenção do mesmo cheiro e sabor;
- (C) a credibilidade ganha pela marca;
- (D) a força da divulgação desses produtos;
- (E) os princípios ativos de sua composição.

10

Os dois verbos do texto 2 que possuem substantivos cognatos formados com o mesmo sufixo são:

- (A) continuar / conseguir;
- (B) convencer / adquirir;
- (C) encontrar / funcionar;
- (D) resistir / equivaler;
- (E) perder / alterar.

TEXTO 3 - Por que a compra do medicamento pelo princípio ativo fará baixar o preço do medicamento?

Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população.

Por outro lado, como há o respeito às patentes dos medicamentos (salvo casos especiais, como foi com os medicamentos do coquetel anti-HIV), as indústrias farmacêuticas têm tempo de sobra para recuperar os investimentos em pesquisa durante o tempo em que seus medicamentos estão “sozinhos” no mercado. Vale também ressaltar que os medicamentos genéricos não tiram os de marca (referência) do mercado, apenas concorrem lado a lado. (Saúde Melhor)

11

A pergunta formulada ao início do texto 3:

- (A) ainda não apresenta resposta satisfatória;
- (B) não é respondida no corpo do texto;
- (C) é respondida de forma clara;
- (D) é evitada pelo interrogado;
- (E) traz uma resposta confusa e pouco convincente.

12

A pergunta inicial do texto 3 se refere à compra do medicamento “pelo princípio ativo”; em caso contrário, o remédio é comprado:

- (A) pela receita médica;
- (B) pela marca do medicamento;
- (C) pelo fabricante;
- (D) pelo princípio inativo;
- (E) pelo preço.

13

“Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

O risco a que alude o texto 3 deriva do fato de:

- (A) haver remédios de preços obrigatoriamente mais altos;
- (B) existirem medicamentos falsificados;
- (C) passar a haver redução da pesquisa;
- (D) chegarem ao mercado muitos medicamentos genéricos;
- (E) desaparecerem do mercado remédios consagrados.

14

“Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

Os termos abaixo que, se trocados de posição, alteram o seu sentido original são:

- (A) de maior tensão / de tensão maior;
- (B) ficam mais baratos / mais baratos ficam;
- (C) pela fórmula já existir / por já existir a fórmula;
- (D) os custos mais baixos / os mais baixos custos;
- (E) novos medicamentos / medicamentos novos.

15

O termo sublinhado abaixo que exerce a função de adjunto do termo anterior é:

- (A) compra do medicamento;
- (B) preço do medicamento;
- (C) fabricante dos genéricos;
- (D) descoberta de novos medicamentos;
- (E) marketing de seus produtos.

TEXTO 4 - Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações. Ainda assim, 92% deles afirmaram ter recomendado o medicamento no último ano para reduzir o custo de tratamento ou a pedido do paciente.

Uma boa parte dessa parcela de profissionais da saúde não concordou com a ideia de os genéricos serem tão eficazes (30%), nem de terem a mesma segurança (23%) que os remédios de referência. Quase metade (42%) afirmou não ter o hábito de prescrevê-los.

Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos, pois, segundo 88% dos entrevistados, pelo menos uma vez, esses profissionais sugeriram a substituição do remédio prescrito por um genérico.

16

O texto 4 se mostra:

- (A) favorável aos genéricos por seu baixo preço;
- (B) favorável aos genéricos por serem de igual eficiência;
- (C) favorável aos genéricos por serem prescritos por especialistas;
- (D) contrário aos genéricos por não serem muito eficientes e seguros;
- (E) contrário aos genéricos por serem sugeridos pelos farmacêuticos.

17

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) descritivo, pois enumera as qualidades dos genéricos;
- (B) narrativo, pois relata a evolução dos medicamentos genéricos;
- (C) dissertativo informativo, pois informa os leitores das novas pesquisas sobre medicamentos;
- (D) dissertativo didático, pois ensina os consumidores a diferenciar medicamentos genéricos e de marca;
- (E) dissertativo argumentativo, pois defende implicitamente uma tese.

18

Entre as oposições citadas no texto 4 entre medicamentos genéricos e remédios de marca, NÃO está presente:

- (A) confiança da classe médica X desconfiança da população;
- (B) boa qualidade X má qualidade;
- (C) com garantia de segurança X sem garantia de segurança;
- (D) prescrição médica X indicação de farmacêuticos;
- (E) garantia de fabricação X risco de falsificação.

19

“Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos”.

A forma de reescrever-se esse segmento do texto 4 que modifica o seu sentido original é:

- (A) na hora de comprar os genéricos os farmacêuticos exercem influência sobre os consumidores;
- (B) os consumidores são influenciados pelos farmacêuticos na hora de comprar os genéricos;
- (C) na hora da compra dos genéricos os farmacêuticos influenciam os consumidores;
- (D) os farmacêuticos, na hora da compra dos genéricos, influenciam os consumidores;
- (E) os farmacêuticos recebem influência dos consumidores na hora da compra dos genéricos.

20

“Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.”

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações”.

A forma verbal que mostra um erro de norma culta é:

- (A) confia;
- (B) prescrevê-los;
- (C) tem;
- (D) participaram;
- (E) acreditam.

21

O texto 4 cita a presença da classe médica na pesquisa realizada com a finalidade de:

- (A) mostrar a preocupação da classe com os genéricos;
- (B) demonstrar a ineficácia dos genéricos;
- (C) dar confiança aos leitores sobre o que é comentado;
- (D) indicar a baixa qualidade da fiscalização;
- (E) atribuir capacidade aos médicos e retirar a dos farmacêuticos.

Conhecimentos Específicos

22

Para que uma pessoa possa exercer qualquer mandato eletivo, é necessário que preencha alguns requisitos previstos na Constituição da República. Dentre eles, encontra-se a exigência de que:

- (A) tenha no mínimo dezesseis anos;
- (B) esteja filiada a partido político há, no mínimo, cinco anos;
- (C) tenha nível superior;
- (D) seja aprovada no exame realizado antes da posse;
- (E) tenha providenciado o seu alistamento eleitoral.

23

Pedro e Marcelo travaram intensa discussão a respeito da garantia constitucional da irretroatividade da lei, que não pode retroagir para prejudicar “o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. É correto afirmar que:

- (A) somente é considerado adquirido o direito que já foi fruído pelo seu titular;
- (B) a coisa julgada é formada no momento em que é publicada a decisão judicial sobre certa matéria;
- (C) o direito adquirido é aquele que já foi incorporado à esfera jurídica do seu titular, ainda que não tenha sido fruído;
- (D) o ato jurídico perfeito é aquele que a Justiça declara como tal;
- (E) a coisa julgada diz respeito à impossibilidade de retirar do proprietário a coisa que recebeu por decisão judicial.

24

Paulo, servidor público estadual, foi aprovado em outro concurso público, este último organizado pela União. Ao ser convocado para apresentar os documentos previstos no edital, visando à posse, teve dúvida se poderia acumular os cargos. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que Paulo:

- (A) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de professor e, o outro, técnico ou científico;
- (B) pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários;
- (C) não pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, ainda que haja compatibilidade de horários;
- (D) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de membro do Poder Legislativo e, o outro, de professor;
- (E) pode acumular os cargos públicos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários e ambos estejam na estrutura do Poder Executivo.

25

O Tribunal de Justiça, enquanto órgão de cúpula do Poder Judiciário estadual, está autorizado a praticar alguns atos que se projetam sobre a esfera jurídica dos Juizes de Direito. É correto afirmar que pode:

- (A) determinar a redução da remuneração dos juizes no caso de baixa produtividade, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa;
- (B) nomear ocupantes de cargo em comissão para o exercício temporário da função de Juiz de Direito;
- (C) demitir o Juiz de Direito vitalício, no caso de infração disciplinar, após regular processo administrativo, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa;
- (D) remover o Juiz de Direito, por motivo de interesse público, pela maioria absoluta do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa;
- (E) transferir o Juiz de Direito para outro Estado da Federação sempre que o interesse público o exigir, observada a garantia do contraditório.

26

Com o advento de uma lei nova que regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, é correto afirmar que:

- (A) a lei nova não tem valor;
- (B) a lei nova revoga a lei anterior;
- (C) a lei nova coexistirá com a anterior, devendo o juiz escolher qual lei haverá de aplicar;
- (D) a lei anterior prevalecerá por um ano, momento a partir do qual a lei nova passará a vigorar;
- (E) a lei anterior prevalecerá por dois anos, momento a partir do qual a lei nova passará a vigorar.

27

Ao aplicar a lei, o juiz deverá:

- (A) considerar apenas o seu sentido literal;
- (B) verificar se as pessoas envolvidas a conheciam, isentando-os de responsabilidade em caso negativo;
- (C) atender aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum;
- (D) desconsiderá-la, se houver ambiguidade;
- (E) desconsiderá-la, se for contraditória.

28

É correto afirmar que o prazo prescricional:

- (A) pode ser alterado por acordo das partes;
- (B) iniciado contra uma pessoa, não continua a correr contra o seu sucessor;
- (C) corre contra os absolutamente incapazes;
- (D) não pode ser renunciado;
- (E) uma vez transcorrido, pode ser conhecido de ofício pelo juiz.

29

É correto afirmar que o prazo decadencial previsto em lei:

- (A) pode ser renunciado;
- (B) está sujeito às causas que impedem o seu decurso;
- (C) está sujeito às causas que suspendem o seu decurso;
- (D) é sempre idêntico ao prazo prescricional;
- (E) uma vez transcorrido, deve ser conhecido de ofício pelo juiz.

30

João, com 16 (dezesesseis) anos de idade, procura o Defensor Público de sua Comarca e relata ter sido vítima de dano moral praticado por um vizinho, que lhe teria imputado a prática de crime de furto em um determinado estabelecimento comercial. João, que tem pais vivos, pretende propor uma demanda judicial para reparação do fato. Nesse sentido, ele poderá:

- (A) ser autor da referida ação, sem representação de seus pais, uma vez que João tem capacidade processual, eis que se encontra no exercício dos seus direitos e por isso tem capacidade para estar sozinho em juízo;
- (B) ser autor da ação, assistido por seus pais, uma vez que os incapazes serão representados em juízo para que o processo tenha validade;
- (C) aguardar a maioridade civil para propor a referida ação judicial, uma vez que, por não ter capacidade de juízo, está impedido de postular a pretensão como autor da ação;
- (D) demandar, porém sem ser autor da ação, pois dependerá de que um de seus pais ou ambos o façam em nome próprio como autor ou autores da ação, uma vez que João não tem capacidade de direito;
- (E) demandar em conjunto com seus pais, uma vez que somente sendo ele e seus pais autores da ação esta terá validade, pois João não pode ser autor da ação não tendo capacidade civil.

31

Maria viveu em união estável com Joaquim por 10 anos e teve dois filhos desta relação, ainda menores de idade. Maria pretende propor uma ação para ver reconhecida judicialmente esta relação familiar. Ocorre que Joaquim faleceu antes do ajuizamento da ação. Nesse sentido, poderá Maria:

- (A) propor a ação em face de Joaquim, uma vez que o falecimento do réu não tira o direito da autora de ver reconhecida a relação jurídica pretendida;
- (B) propor a ação em face de seus filhos, sendo estes representados em juízo pela própria autora, uma vez que os incapazes serão representados em juízo por seus pais;
- (C) propor a ação em face de seus filhos, devendo estes ser representados por curador especial nomeado pelo juiz, pois os interesses dos incapazes colidem com os da representante legal;
- (D) propor a ação em conjunto com seus filhos, a qual neste caso não terá polo passivo;
- (E) requerer administrativamente perante o Cartório de Registro Civil o reconhecimento da união estável, uma vez que este pedido não dependia da concordância do convivente falecido.

32

Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Outrossim, os atos podem ser classificados em atos da parte, do juiz e do escrivão. Em relação aos atos a seguir elencados. É correto afirmar que:

- (A) sentença é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente;
- (B) despachos são todos os atos do juiz que encerram o processo, com ou sem resolução do mérito;
- (C) sentença é o julgamento proferido pelos tribunais;
- (D) a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho do juiz, devendo ser praticados de ofício pelo servidor;
- (E) os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos e assinados pelo escrivão.

33

Manuel propôs ação judicial em face de Maria, pleiteando a sua condenação ao pagamento de verba indenizatória, afirmando que esta lhe teria ofendido a honra em uma reunião de condomínio, quando afirmou, na frente de todos os presentes, que ele não sabia estacionar seu veículo na garagem. Citada pessoalmente, Maria não contestou a ação. Nesse caso:

- (A) será reputado verdadeiro o fato afirmado por Manuel, ocasionando a procedência do pedido formulado;
- (B) não será reputado verdadeiro o fato, devendo o autor provar a afirmação feita por Maria, uma vez que a revelia ocorrida não induz a presunção de veracidade do fato no caso;
- (C) será reputado verdadeiro o fato, todavia o juiz não está obrigado a julgar procedente o pedido, podendo julgá-lo improcedente, mesmo sem contestação da Ré;
- (D) ocorrerá revelia, reputando-se configurado o direito à reparação pecuniária requerida, pois o litígio versa sobre direito disponível;
- (E) não ocorrerá a revelia, devendo o autor provar que sabe estacionar seu veículo na garagem.

34

O inquérito policial é tradicionalmente conceituado como procedimento administrativo prévio que visa à apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo. Sobre suas principais características, é correto afirmar que:

- (A) a prova da materialidade e indícios de autoria são necessários para propositura de ação penal, logo uma das características do inquérito é sua indispensabilidade;
- (B) o inquérito policial é instrumento sigiloso, logo não poderá ser acessado em momento algum pelo advogado do indiciado;
- (C) o contraditório pleno e a ampla defesa são indispensáveis no inquérito policial;
- (D) o inquérito policial é um procedimento significativamente marcado pela oralidade;
- (E) o inquérito pode ser considerado indisponível para a autoridade policial, já que, uma vez instaurado, não poderá ser por ela diretamente arquivado.

35

Ilídio e Ortega ofenderam a honra de Luana, praticando um crime único, em concurso de agentes, de injúria. Luana procura um advogado na intenção de propor queixa-crime contra Ilídio, explicando que, por ter sentimentos por Ortega, não deseja contra ele iniciar uma ação. Diante disso, vai à Delegacia, antes de adotar qualquer medida judicial, e expressamente renuncia ao direito de propor queixa contra Ortega por esses fatos. Nesse caso, é correto afirmar que a queixa-crime posteriormente proposta em face de Ilídio:

- (A) deverá ser recebida pelo magistrado, desde que o advogado apresente procuração com poderes especiais;
- (B) não poderá ser recebida pelo magistrado, pois o perdão do ofendido a um dos autores do crime aos demais se estende;
- (C) deverá ser recebida pelo magistrado, pois a renúncia do ofendido é ato individual, não se estendendo aos demais agentes;
- (D) não poderá ser recebida pelo magistrado, pois a renúncia do ofendido a um dos autores do crime aos demais se estende;
- (E) deverá ser recebida pelo magistrado, bastando que seja conferida ao advogado procuração com poderes gerais.

36

Uma das partes fundamentais da ação penal é o réu, que é aquele que figura no polo passivo do processo, na condição de suposto autor do fato. Sobre a figura do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que:

- (A) em virtude do direito ao silêncio, o réu pode se recusar a responder às perguntas do Ministério Público sobre os fatos, mas não as do magistrado;
- (B) a ampla defesa é um direito do réu, de modo que pode ele optar por não ser assistido por patrono particular ou defensor público, ainda que não seja ele próprio advogado;
- (C) não existem causas de impedimento aplicáveis aos defensores;
- (D) caso o advogado particular não tenha mais interesse em patrocinar o réu, será ele assistido pela defensoria, independente de ter interesse em indicar novo patrono;
- (E) mesmo o réu revel tem direito de ser patrocinado pela Defensoria Pública, caso não constitua advogado.

37

Carla alega ser vítima de um crime de extorsão mediante sequestro por parte de seu ex-namorado, de modo que comparece à Delegacia e narra tal fato. O promotor de justiça com atribuição, após analisar as investigações realizadas, conclui que não existem indícios mínimos de autoria e prova da materialidade, manifestando-se pelo arquivamento do inquérito porque mais parece uma vingança de Carla pelo fim do relacionamento. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) não cabe ação penal privada subsidiária da pública, pois esse instituto não é previsto no Código de Processo Penal;
- (B) cabe ação penal privada subsidiária da pública, mas o Ministério Público não pode aditar a queixa formulada;
- (C) não cabe ação penal privada subsidiária da pública, pois não houve omissão do Ministério Público;
- (D) cabe ação penal privada subsidiária da pública, e deve o Ministério Público intervir em todos os termos do processo;
- (E) diante da manifestação do Ministério Público, cabe ação penal privada subsidiária e a posterior omissão do querelante não permite que aquele retome a ação como parte principal.

Noções de Informática

38

Em seu computador de mesa (desktop), Thiago abriu a página inicial de um site de notícias e gostaria de salvá-la de alguma forma, já que esse tipo de página muda constantemente. A página contém textos e fotos. Thiago gostaria de poder abrir essa página mesmo quando desconectado da Internet. No Google Chrome, a maneira correta de fazer isso é:

- (A) clicar no ícone na forma de uma estrela que aparece na parte superior da tela, adicionando-a aos favoritos;
- (B) clicar o botão direito do mouse na barra de endereços e acionar a opção “Copiar”;
- (C) clicar o botão direito do mouse na área da página e acionar a opção “Salvar como...”;
- (D) clicar o botão direito do mouse na área da página e acionar a opção “Exibir código fonte da página”;
- (E) clicar o botão direito do mouse na barra de endereços e acionar a opção “Selecionar tudo”.

39

Considere um arquivo MS Word 2010 com o seguinte trecho:

```
Ciranda, cirandinha
Vamos todos cirandar!
Vamos dar a meia volta
Volta e meia vamos dar
```

Considere ainda que, após a aplicação do comando “Substituir”, esse trecho tenha ficado como abaixo.

```
Cirende, cirendinhe
Vemos todos cirender!
Vemos der e meie volte
Volte e meie vemos der
```

Está correto concluir que o comando foi acionado usando para os campos “Localizar” e “Substituir por”, respectivamente:

- (A) “a” e “e”
- (B) “ciranda” e “cirende”
- (C) “da” e “de”
- (D) “e” e “a”
- (E) “e ” e “a”

40

Thiago está preparando um documento no MS Word que contém uma espécie de calendário, preenchido com informações sobre a escala de atendimento da sua equipe, como mostrado a seguir.

S	T	Q	Q	S	S	D
	1	2	3	4	5	6
7	8	Thiago	10	11	Thiago	13
14	15	16	Carlos	João	Carlos	20
21	Carlos	23	24	25	26	27
28	29	Maria	João			

Para conseguir esse efeito no MS Word 2010 rapidamente, o recurso de edição mais adequado é a inserção de:

- (A) Clip-Art;
- (B) Imagem;
- (C) Formas;
- (D) Tabela;
- (E) Caixa de Texto.

41

O termo “Fonte” é largamente utilizado no contexto dos aplicativos de edição e processamento de textos, como o MS Word e seus similares. Dentre os que são apresentados, o tamanho de fonte mais adequado para um texto corrido, impresso em papel A4, é:

- (A) 7
- (B) 12
- (C) 20
- (D) 24
- (E) 28

42

Thiago precisa recuperar um arquivo, mas não lembra em que pasta ele se encontra. Para tentar localizar esse arquivo por meio do recurso de busca do Windows, o que NÃO ajuda é:

- (A) saber a data da última modificação sofrida pelo arquivo;
- (B) lembrar de parte do nome do arquivo;
- (C) saber se o arquivo é uma cópia de algum outro arquivo;
- (D) ter uma ideia do tamanho do arquivo;
- (E) lembrar termos e palavras contidos no arquivo.

43

Toda vez que encontra um documento impresso mais antigo, Thiago sente falta de saber exatamente a data e a hora da impressão, pois é normal que haja mais de uma versão. Assim, Thiago decidiu que todas as impressões no MS Word 2010 deveriam conter data e hora da impressão logo na primeira página. Sem saber como proceder, Thiago solicitou ajuda aos seus colegas. A sugestão mais adequada foi a de que Thiago deveria:

- (A) digitar data/hora sempre que imprimir;
- (B) solicitar aos programadores da empresa a criação de um aplicativo especial;
- (C) inserir no documento um campo a partir do ícone “Partes Rápidas” da guia “Inserir”;
- (D) procurar, dentre os modelos disponíveis do MS Word 2010, algum que possua essa peculiaridade;
- (E) procurar, dentre os estilos do MS Word 2010, algum que permita essa funcionalidade.

44

Na empresa de Bruna, há um computador com Windows 7 usado por diferentes pessoas, que, ao usá-lo, nele se logam com seus próprios logins. Num dia desses, enquanto Bernardo continuava logado nesse computador, Bruna, apressada para imprimir um arquivo, copiou-o para o desktop, fez a impressão e lá deixou o arquivo. No dia seguinte, enquanto Rita utilizava o referido computador, Bruna precisou novamente do arquivo e pediu licença a Rita, que continuou logada, para copiá-lo para um pen drive. Porém, quando assumiu o controle do mouse e abriu o desktop, Bruna não encontrou o tal arquivo. Ninguém havia apagado um arquivo assim. Bruna não encontrou o arquivo porque:

- (A) arquivos gravados no desktop são deletados automaticamente de um dia para outro;
- (B) arquivos gravados no desktop de um usuário são deletados automaticamente quando um novo usuário faz login no mesmo computador;
- (C) o arquivo foi gravado no desktop de Bernardo, que é diferente do desktop de Rita;
- (D) Bruna não tinha senha de supervisor;
- (E) Rita não tinha senha de supervisor.

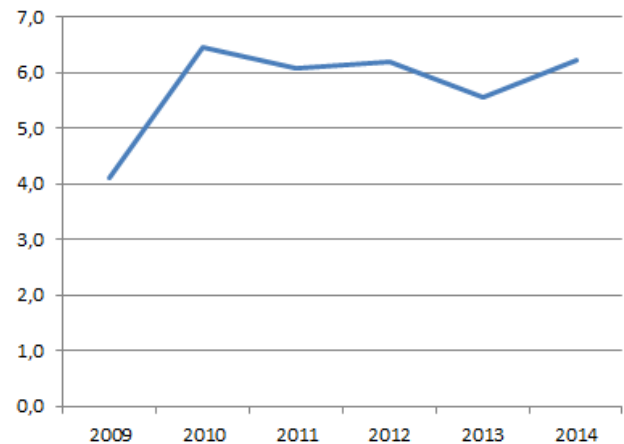
45

É uma fórmula válida no MS Excel 2010, em português:

- (A) =soma(10;20)
- (B) =soma(A100::A90)
- (C) =soma(A:100,B:100)
- (D) =soma(ALL)
- (E) =soma(A10, A20, C30)

46

Observe o gráfico a seguir, produzido por meio do MS Excel 2010.



A série de dados que originou esse gráfico é:

(A)

2009	4,1
2010	6,5
2011	6,1
2012	6,2
2013	5,6
2014	6,2

(B)

2009	6,2
2010	6,5
2011	6,1
2012	4,9
2013	5,6
2014	6,2

(C)

2009	4,1
2010	6,5
2011	6,5
2012	6,2
2013	5,6
2014	5,3

(D)

2009	4,1
2010	6,5
2011	6,1
2012	5,6
2013	5,6
2014	6,2

(E)

2009	4,1
2010	6,5
2011	4,1
2012	6,2
2013	5,6
2014	6,2

47

Thiago está trabalhando num documento do MS Word 2010 com três partes, totalizando mais de 50 páginas. Cada uma delas tem cabeçalhos com textos diferentes das demais. Em cada parte, o cabeçalho da primeira página é diferente do cabeçalho das páginas subsequentes. A numeração de páginas, contudo, deve ser contínua ao longo de todo o documento, começando do número um.

Para obter esses efeitos de forma simples e rápida, Thiago deve:

- (A) editar os cabeçalhos um a um, pois não é possível definir diferentes cabeçalhos num único documento;
- (B) usar os recursos do Word para definir os diferentes cabeçalhos de acordo com as faixas de numeração das páginas;
- (C) dividir o documentos em três documentos, usar os recursos do Word para definir os cabeçalhos para cada um desses, e forçar a numeração continuada no comando de impressão;
- (D) definir diferentes estilos para cada parte do texto e usar os recursos do Word para definir cabeçalhos em cada estilo;
- (E) separar as partes com quebras de seção e usar os recursos do Word para definir os diferentes cabeçalhos em cada seção.

Raciocínio Lógico-Matemático

48

João recebeu seu salário, gastou dele 40% nas despesas habituais e, do restante, 30% foram colocados na caderneta de poupança. A quantia que restou representa, do salário total, a porcentagem de:

- (A) 18%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 40%;
- (E) 42%.

49

Em uma cozinha há dois potes vazios diferentes A e B, sendo que o primeiro pesa 400g e o segundo pesa 540g. A cozinheira Elisa distribuiu 1kg de farinha, uma parte em cada pote, de forma que os potes com farinha ficaram com o mesmo peso.

A quantidade de farinha que o pote A contém é de:

- (A) 140g;
- (B) 370g;
- (C) 430g;
- (D) 570g;
- (E) 620g.

50

No departamento de contabilidade de certa empresa trabalham 1 homem e 4 mulheres. O diretor do departamento pretende escolher por sorteio duas dessas pessoas para trabalhar com um novo cliente.

A probabilidade de que as duas pessoas sorteadas sejam mulheres é de:

- (A) 50%;
- (B) 60%;
- (C) 70%;
- (D) 75%;
- (E) 80%.

51

Quatro amigos foram de Porto Velho para Ariquemes no carro de um deles e combinaram dividir igualmente a despesa com a gasolina. Saíram com o tanque cheio e, no destino, encheram o tanque de novo para verificar a quantidade de gasolina que foi gasta. Feita a divisão da despesa, um dos amigos percebeu que tinha esquecido a carteira e só pôde contribuir com os R\$ 5,00 que tinha no bolso. Com isso, cada um dos outros três teve que dar mais R\$ 3,50 para completar o total da despesa.

A despesa total com a gasolina foi de:

- (A) R\$ 62,00;
- (B) R\$ 64,00;
- (C) R\$ 66,00;
- (D) R\$ 68,00;
- (E) R\$ 70,00.

52

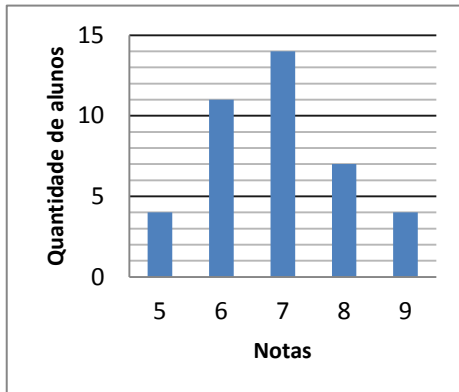
Considere a afirmação: “Nenhum pintor é cego”.

A negação dessa afirmação é:

- (A) Há pelo menos um pintor cego.
- (B) Alguns cegos não são pintores.
- (C) Todos os pintores são cegos.
- (D) Todos os cegos são pintores.
- (E) Todos os pintores não são cegos.

53

Em um curso de treinamento dos funcionários de uma empresa, as notas dos alunos de uma turma na prova final estão no gráfico a seguir:



A média dos alunos dessa turma foi:

- (A) 6,5;
- (B) 6,7;
- (C) 6,9;
- (D) 7,0;
- (E) 7,3.

54

Ana, Bia, Clara e Dulce possuem alturas diferentes e fizeram uma fila em ordem crescente das alturas. Sabe-se que:

- Dulce é mais baixa que Clara, que não é a mais alta.
- Ana é mais baixa que Bia, mas não é a mais baixa.
- Ana não está entre Bia e Clara.

É correto afirmar que:

- (A) Ana é mais baixa que Dulce;
- (B) Clara é mais alta que Bia;
- (C) Dulce é mais alta que Clara;
- (D) Bia é mais baixa que Ana;
- (E) Ana é mais baixa que Clara.

55

O avô de João fará 90 anos e no dia do aniversário, como presente, João dará ao seu avô exatamente 90 bombons. Os bombons preferidos do avô de João são vendidos em caixas com 6 bombons e em caixas com 8 bombons.

O menor número possível de caixas de bombons que João poderá comprar é:

- (A) 10;
- (B) 11;
- (C) 12;
- (D) 13;
- (E) 14.

56

Considere todas as placas de veículos desde NCD-4000 até NCD-9999.

O número de placas que possuem os dígitos todos diferentes é:

- (A) 2.520;
- (B) 3.024;
- (C) 3.528;
- (D) 3.786;
- (E) 4.032.

Legislação Institucional

57

Conforme dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) a autonomia, a generalidade e o livre convencimento motivado;
- (B) a universalidade, a acessibilidade e o livre convencimento motivado;
- (C) a universalidade, a generalidade e a coletividade;
- (D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- (E) a unidade, a imparcialidade e a isonomia.

58

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a:

- (A) orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (B) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis dos hipossuficientes, promovendo a ação civil pública e a ação penal pública incondicionada, de forma integral e gratuita;
- (C) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais homogêneos, promovendo a ação civil pública e exercendo o controle externo da atividade policial, tudo na defesa dos necessitados e de forma integral e gratuita;
- (D) orientação jurídica, a promoção dos direitos individuais e coletivos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados e do ente federativo a que estiver vinculada, de forma integral e gratuita;
- (E) orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

59

Em relação aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que:

- (A) o Defensor Público-Geral é nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis com mais de cinco anos na carreira, escolhidos em lista tríplice, para mandato de dois anos, vedada a recondução;
- (B) o Defensor Público-Geral é substituído em suas faltas, licenças, férias e impedimentos pelo Defensor Público decano, isto é, o membro mais antigo em atividade na carreira, desde que não tenha anotação de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais nos últimos cinco anos;
- (C) ao Defensor Público-Geral do Estado compete dirigir a Defensoria Pública do Estado e manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (D) ao Conselho Superior cabe decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e, em grau de recurso, sobre matéria disciplinar e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições;
- (E) o Corregedor-Geral é indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de todos os membros, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, vedada a recondução.

60

Bruno, servidor público estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, com preguiça de carimbar centenas de documentos, o que deveria ser feito em seu setor de trabalho, delegou para seu primo Vitor, pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, tal atribuição, que era de sua competência e responsabilidade. Assim agindo, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, Bruno incorreu, em tese, em infração disciplinar punível com:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão de até 10 (dez) dias;
- (C) suspensão de até 30 (trinta) dias;
- (D) suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (E) demissão.

61

Letícia, servidora pública estadual estável de Rondônia ocupante do cargo efetivo de professor, foi demitida após responder a processo disciplinar. Inconformada, Letícia requereu, dentro do prazo prescricional, revisão do processo, aduzindo e conseguindo comprovar fatos novos e circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência. Assim, Letícia obteve a invalidação de sua demissão por decisão administrativa e conseguiu sua reinvestidura no mesmo cargo anteriormente ocupado. No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, o retorno ao cargo narrado, com ressarcimento de todas as vantagens, ocorreu por meio da:

- (A) readaptação;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) reversão;
- (E) relotação.

62

Cabe ao Defensor Público-Geral do Estado dirigir a Defensoria Pública, superintender e coordenar suas atividades e orientar sua atuação. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Defensor Público-Geral:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) avocar, fundamentadamente, atribuições específicas de qualquer membro da Defensoria Pública *ad referendum* do Conselho Superior, e delegar, no interesse do serviço, atribuições de sua competência;
- (C) apreciar e julgar, em última instância, os recursos interpostos dos resultados de concurso de ingresso, as reclamações manifestadas pelos candidatos, bem como as referentes às questões de tempo de serviço e de promoção;
- (D) aprovar os Regulamentos e Regimentos Internos necessários ao funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública, e obstar mediante exposição de motivos, a promoção por antiguidade;
- (E) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento.

63

Em tema de regime jurídico das férias dos Defensores Públicos Estaduais de Rondônia, consoante estabelece a Lei Complementar Estadual nº 117/94:

- (A) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 60 (sessenta) dias, individuais ou coletivas, de acordo com a escala aprovada pelo Defensor Público-Geral;
- (B) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, que poderão ser gozadas de forma fracionada em 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias;
- (C) as férias não gozadas dos membros da Defensoria Pública, por conveniência do serviço, não poderão ser usufruídas cumulativamente nos meses seguintes, e deverão ser obrigatoriamente indenizadas em pecúnia;
- (D) as férias dos membros da Defensoria Pública somente poderão acumular-se por imperiosa necessidade de serviço e, no máximo, por até 6 (seis) períodos, devendo ser gozadas de forma integral na primeira oportunidade;
- (E) os membros da Defensoria Pública que forem condenados à sanção disciplinar de suspensão por mais de 30 (trinta) dias perderão o direito a férias anuais, que são de 30 (trinta) dias, do exercício seguinte.

64

À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de sua proposta orçamentária, nos termos da lei. Nesse sentido, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cabe-lhe especialmente:

- (A) encaminhar, de forma vinculante, ao Governador do Estado lista com relação dos aprovados em concurso público para provimento dos cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares;
- (B) encaminhar, de forma vinculante, ao Secretário de Estado de Administração suas folhas de pagamento para depósitos e expedição dos competentes demonstrativos;
- (C) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem à vacância ou não de cargos de carreira e dos serviços auxiliares;
- (D) fixar e reajustar os vencimentos de seus servidores auxiliares, por meio de resolução editada pelo Defensor Público-Geral e previamente aprovada pelo Conselho Superior;
- (E) criar e extinguir, por meio de resolução do Defensor Público-Geral, após aprovação pelo Conselho Superior, seus cargos da carreira de Defensor Público do Estado e de seus servidores auxiliares.

65

Sobre a assistência judiciária aos necessitados, a Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 estabelece que:

- (A) a parte gozará de seus benefícios, mediante afirmação por declaração, com firma reconhecida em documento à parte da petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- (B) presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, nos termos da lei, sem prejuízo próprio ou de sua família, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais;
- (C) seu pedido, quando formulado no curso da ação, deverá ser feito por petição autônoma que será juntada nos autos principais e suspenderá o processo, podendo o juiz, face às provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência;
- (D) a parte contrária poderá, no prazo de trinta dias do deferimento da gratuidade de justiça, requerer a revogação do benefício, desde que prove a inexistência dos requisitos essenciais à sua concessão, sob pena de preclusão, e tal requerimento suspenderá o curso da ação;
- (E) se transmite automaticamente ao cessionário de direito ou aos herdeiros que continuarem a demanda, presumindo-se que permanece a impossibilidade de pagamento das custas do processo e dos honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Geografia e História de Rondônia

66

Durante o processo de União Ibérica (1580/1640), Portugal avançou o seu território na América, resultando na transformação do espaço físico brasileiro que passou a ser continental. Assim foi possível a ocupação da região norte e, especificamente, a área do atual Estado de Rondônia. Tal processo de ocupação de Rondônia se deu pela presença dos jesuítas na região, buscando a catequização dos indígenas.

Acerca da conquista territorial de Rondônia entre os séculos XVII e XVIII, um outro grupo responsável por esse processo foi:

- (A) a elite açucareira interessada na ampliação dos engenhos de açúcar na região norte;
- (B) a elite pecuarista que avançou da região sul em busca de melhores pastagens;
- (C) os bandeirantes que buscavam a exploração econômica da região;
- (D) os produtores de borracha interessados na riqueza oferecida pelo produto no exterior;
- (E) os produtores de soja que tinham o interesse de ampliar a sua produção.

67

A ocupação dos Vales do Guaporé e do Madeira durante o século XVIII e XIX apresentou características antagônicas. Enquanto o Vale do Guaporé entrou em decadência no século XIX em função da crise mineradora, o Vale do Madeira iniciou um período de prosperidade econômica e aumento demográfico, que pode ser justificado pela:

- (A) extração da borracha que atraiu milhares de migrantes para a região;
- (B) produção de café, que atraiu a população boliviana para a região;
- (C) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que atraiu estrangeiros para a região;
- (D) extração das drogas do sertão, que consolidou a demarcação de terras indígenas na região;
- (E) criação de uma zona franca na região, atraindo o capital externo.

68

“Em Porto Velho, cada soldado é um operário e cada operário um soldado com o objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da pátria.”

A frase proferida pelo Presidente Getúlio Vargas em 1940 marcou a sua política de ocupação da região norte do país. Em relação ao processo de formação de Rondônia, a política varguista resultou:

- (A) no início da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
- (B) na instalação do complexo hidrelétrico e industrial de Samuel;
- (C) na liberação governamental da exploração do ouro pelo capital estrangeiro;
- (D) na assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, garantindo a extração da borracha;
- (E) na criação de territórios federais, entre eles o de Guaporé, que deu origem a Rondônia.

69

Bacias Hidrográficas de Rondônia



Fonte: <http://www.sedam.ro.gov.br>

“A Agência Nacional de Águas (ANA) acusou o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da hidrelétrica de Jirau, de não ter executado todas as obras exigidas da empresa para evitar novas inundações (...). Em fase de conclusão, Jirau está localizada a cerca de 120 km de Porto Velho (RO).”

Fonte: www.estadao.com.br

A bacia hidrográfica da qual trata a notícia anterior está identificada no mapa com o número:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

70

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, o território do estado de Rondônia passou por um conjunto de transformações que podem ser periodizadas de acordo com os resultados territoriais dos processos que marcaram cada momento. Acerca dessas transformações, considere as afirmativas a seguir:

I – Entre 1970 e 1995, observamos a rede urbana em formação, com centralidade econômica e política em Porto Velho.

II – A partir de meados da década de 1990, a política de colonização agrícola surgiu como principal motor de interiorização do povoamento.

III – Nos últimos anos, observamos um fechamento da frente de expansão em função da rígida fiscalização em espaços de preservação ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

Realização

